

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO BANESTES Nº 012/2024.**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA 0800.****DADOS DO EDITAL**

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no Portal www.compras.gov.br

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08 de MAIO de 2024

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 13h30 (referência: horário de Brasília DF).

MODO DE DISPUTA: ABERTA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

FORMA: ELETRÔNICA

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

ATENDIMENTO PÚBLICO: 13h às 17h - (Endereço e contatos abaixo)

LOCAL DE ABERTURA: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO BANESTES - UASG: 925560

PUBLICAÇÕES	NOS	SITES:
https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras		Unidade
compradora	n.º 925560,	ou
www.banestes.com.br/publicacoes_legais/index.html .	www.compras.gov.br ,	

RSFB – Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES.

O regulamento mencionado encontra-se publicado no sítio: https://www.banestes.com.br/publicacoes_legais/arquivos_colic/regulamento-licitacoes-contratos-sfb.pdf

SFB - Conglomerado de empresas do Sistema Financeiro BANESTES.

BANESTES S.A. – BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 2º andar, Centro, Vitória/ES.
CEP 29.010-931

Tel.: (27) 99803-7322
E-MAIL: pregoes@banestes.com.br
HOME PAGE: www.banestes.com.br



BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.127.603/0001-78, com sede na Av. Princesa Isabel, nº 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 9º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-931, daqui por diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, conforme autorização exarada no processo n.º **2023-542D1**, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes – RSFB, publicado no DIO-ES, em 29/06/2018, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, da Lei Complementar Estadual nº 618, de 11/01/2012, e do rito procedimental do pregão previsto na Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e demais normas pertinentes, realizará licitação, pelo rito da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO**, regime de empreitada por preço global, em disputa por modo aberto, objetivando a contratação de pessoa jurídica para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA "0800"**, mediante as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de telefonia "0800", em conformidade com este Edital e seus anexos. A execução do objeto consiste no encaminhamento de chamadas telefônicas para os acessos (números regenerados) registrados com o CNPJ do CONTRATANTE, conforme listados no ANEXO I.1, item 4.1.1.

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ **ANEXO I** Termo de Referência;
- ✓ **ANEXO I.1** Especificações Técnicas;
- ✓ **ANEXO II** Acordo de Nível de Serviço (SLA)
- ✓ **ANEXO III** Minuta de Contrato;
- ✓ **ANEXO III.1** Modelo de declaração para não retenção de CSLL, Cofins e Pis/Pasep;
- ✓ **ANEXO III.2** Modelo de declaração de estabelecimentos;
- ✓ **ANEXO IV** Modelo de Proposta Comercial.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação são provenientes de recursos próprios do CONTRATANTE.

2.2. O valor estimado é **SIGILOSO**, conforme estabelecido no art. 34 da Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB.

2.3. Se houver solicitação de terceiros (fora do SFB) para acesso aos autos do processo, só será possível a obtenção de vista e de cópias de documentos ou trechos de documentos não sigilosos, ou seja, daqueles documentos/trechos que não contenham informações sobre a estimativa de preços.

2.4. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, conforme previsto no Artigo 57 do RSFB, divulgar o valor estimado da licitação durante a fase de negociação. Após a divulgação da estimativa de preços ou após a declaração do vencedor do certame, o que ocorrer primeiro, os autos do processo deixam de ser sigilosos.

3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha,



pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal.

- 3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.
- 3.3. O acesso ao Portal de Compras e o uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(s) empresa(s) do Sistema Financeiro Banestes promotora(s) da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de inabilitação.
- 3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, para participação de Pregão Eletrônico.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrem no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e/ou na “Seção IV. Condições de Participação” do RSFB, bem como:
 - 4.2.1. Que estejam em processo de falência ou concordata, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - 4.2.2. Que estejam reunidas em consórcio, na forma de sociedade de propósito específico, ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 4.2.3. Estrangeiras que não funcionem no País.
- 4.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”



em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.4.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparadas;
 - 4.4.1.2. O Sistema somente tornará público se algum licitante se declarou beneficiária da LC 123/06, tanto para o pregoeiro quanto para os participantes, após a etapa de lances.
 - 4.4.1.3. Caso a empresa beneficiária deixe de declarar no sistema que faz jus aos benefícios, será dado o mesmo tratamento das demais empresas.
- 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal do Brasil.
- 4.5. As declarações do licitante vencedor do certame serão juntadas aos demais documentos de habilitação previstos no item 13 deste edital e arquivadas pelo pregoeiro no processo.
- 4.6. A declaração falsa, em campo próprio do sistema, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO

- 5.1. A participação no pregão dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico, módulo SIASG do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg>, onde os licitantes deverão inserir a proposta de preços. A inserção da proposta de preços deverá ocorrer até a data e horário marcados para abertura da sessão, constantes do preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
 - 5.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir sua proposta até o momento da abertura da sessão.
 - 5.1.2. O encaminhamento da proposta de preços não resulta em ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a etapa de lances/negociação.
- 5.2. Como requisito para a participação no pregão, no ato de registro de suas propostas iniciais, o licitante deverá providenciar, no próprio sistema eletrônico,



as declarações previstas no item 4.4, momento em que também deverá se declarar, se for o caso, beneficiária da LC 123/06.

- 5.3. O licitante deverá enviar sua proposta de preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a **valor unitário e total** do item em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando a quantidade constante deste Edital.
- 5.3.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**.
- 5.3.2. O licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, para fins de lances no pregão, o **VALOR GLOBAL** do objeto.
- 5.4. A proposta a ser inserida no sistema deverá conter no mínimo:
- 5.4.1. Indicação da marca, modelo e fabricante, quando for o caso;
- 5.4.2. Descrição detalhada do objeto ofertado;
- 5.5. Qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I deste Edital e as constantes no catálogo de materiais do sistema - CATMAT ou CATSER -, prevalecerão para todos os efeitos as do Anexo I.
- 5.6. O cadastramento da proposta de preços pelo licitante no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e concordância com as seguintes premissas:
- a. a proposta é válida pelo período mínimo de 90 (noventa) dias;
 - b. nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste pregão, incluindo todo o desembolso que o CONTRATANTE vier a ter que despendar por força da presente contratação;
 - c. o prazo de execução e as condições do fornecimento/serviço ofertado atendem a especificação e estão garantidos conforme o estabelecido neste Edital e seus anexos;
 - d. total conhecimento e aceitação dos termos deste Edital e seus Anexos.
- 5.7. Ao enviarem suas propostas os licitantes automaticamente se declaram conhecedores das especificações/descrições técnicas do objeto licitado de acordo com as especificações contidas neste Edital, não cabendo alegar desconhecimento posterior como defesa para aplicação de eventual sanção, sendo certo que as descrições dos itens geradas pelo Portal de Compras do Governo Federal são apenas referências de ordem sequencial para cotação.
- 5.8. Qualquer elemento que possa identificar o licitante, importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 5.9. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, podendo ser acompanhada em tempo real por todos os participantes.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. O início da sessão pública se dará pelo pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horário constantes do Preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, não havendo nesse momento a identificação dos participantes, que somente ocorrerá após o encerramento da etapa de lances.



- 6.2. Havendo algum problema com o sistema que impeça a abertura do certame na data e horário marcados, o pregoeiro fará divulgação aos envolvidos sobre a nova data e horário de abertura, que ocorrerá decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio Compras.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na inclusão das descrições e inserções previstas no Portal de Compras do Governo Federal.
- 7.1.2. Após o término da sessão, a negociação será realizada conforme a ordem de classificação, todavia a proposta cujo valor final for maior que o estimado será desclassificada.
- 7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lance exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.1.1. Os lances serão ofertados sobre o **VALOR GLOBAL** do objeto, em reais e com até duas casas decimais.
- 8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos. O valor do lance é de responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro.
- 8.3. Os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 8.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 8.6. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a



proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

- 8.6.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame.
- 8.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.8. Os lances serão públicos e sucessivos, deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes, inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de: **R\$ 600,00 (seiscentos reais)**.
- 8.9. A etapa de lances durará 10 (dez) minutos. Após esse prazo, poderá ser prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão.
- 8.9.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.9.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.10. Encerrada a sessão sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, reiniciar a etapa de lances para obtenção do melhor preço.
- 8.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações e apresentação de lances intermediários.
- 8.12. Para aplicação dos critérios de desempate, o sistema Compras identificará e selecionará, automaticamente, os licitantes beneficiários da LC 123/06, que se identificaram por ocasião do envio da proposta, conforme o item 5.2, após a etapa de lances.
- 8.12.1. Constatando-se que a empresa ofertante do menor lance esteja na condição de Beneficiária da LC 123/06, será dado prosseguimento à sessão, situação em que será a ela adjudicado o objeto licitado, após verificação de que foram atendidas as condições do Edital.
- 8.12.2. Não sendo o melhor lance ofertado por Beneficiária da LC 123/06, o próprio sistema identificará, dentre as propostas até 5% (cinco por cento) superiores ao menor valor, a existência de Beneficiárias, para fins do exercício do direito de preferência na contratação.
- 8.12.3. Será dado, pelo próprio sistema, o prazo de até 5 (cinco) minutos para exercer o direito de preferência dentre as Beneficiárias da LC 123/06 no intervalo de 5%, com a apresentação de uma última oferta, obrigatoriamente de valor inferior ao do licitante classificado em primeiro lugar.



- 8.12.4. Caso a primeira convocada não envie proposta no prazo estipulado, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/06 e o próprio sistema concederá às demais beneficiárias do intervalo de 5% (cinco por cento) o exercício desse direito, sendo obedecida à mesma ordem de classificação de suas ofertas, sucessivamente, em igualdade de oportunidade e tempo, até que se aponte a vencedora.
- 8.13. Não havendo lances após o início da fase competitiva e persistindo o empate, o sistema Compras sorteará a proposta vencedora dentre as propostas empatadas.
- 8.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.
- 8.14.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio Compras.
- 8.15. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.16. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.17. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação, tanto pelo pregoeiro como para as demais participantes, após o encerramento do envio de lances.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 9.1. Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta Condição, aplica-se o disposto nos Artigo 55 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB;



9.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, precluirá do direito previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

9.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.2. A negociação observará o disposto no Artigo 57 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB (Sistema Financeiro BANESTES) e será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. Após a negociação, o licitante terá o prazo de duas horas, contadas da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta final e, se necessário, dos documentos complementares adequados ao último lance ofertado.

10.4. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.5. A negociação será feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Terminada a etapa de lances e/ou de negociação, o licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá detalhar de forma escrita sua proposta, adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo máximo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, após solicitação no sistema eletrônico, observadas as orientações a seguir:

11.1.1. Apresentar proposta comercial devidamente preenchida na forma do **Anexo IV - Modelo de Proposta Comercial** deste edital, computando todas as despesas necessárias para a completa realização dos serviços, em moeda corrente nacional, ou seja, em real (R\$), incluindo todo o desembolso que o CONTRATANTE vier a ter que dispendar por força da presente contratação;

11.1.2. Compor os valores com os preços dos insumos de mercado, computando todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços nas condições exigidas, incluindo provisões que suportem adequadamente os seguros, as substituições, atualizações, reposições, variações de mercado e outras alterações previsíveis, pois a ocorrência destas alterações na composição dos custos durante a execução do contrato não serão consideradas como fatos supervenientes para atualização de valores, exceto quando existente previsão legal;

11.1.3. Considerar nos custos indiretos de sua proposta as despesas envolvidas na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura



administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a: funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; preposto e seus deslocamentos; e seguros.

- 11.1.4. Compor os valores considerando eventual benefício de desoneração, tais como encargos/tributos/taxas, informando a data de início do benefício e a legislação que o respalda;
- 11.2. A proposta deve conter, no mínimo, os seguintes dados:
- 11.2.1. O nome do representante legal da empresa, o cargo ocupado e identificação;
- 11.2.2. Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão;
- 11.2.3. A razão social, o endereço, correio eletrônico (e-mail), o número do CNPJ, o número da conta corrente, preferencialmente, no CONTRATANTE ou citação de pagamento por boleto bancário, bem como os números do telefone e celular do representante da empresa.
- 11.3. O licitante vencedor deverá informar e-mail atualizado para receber e responder intimações/notificações do CONTRATANTE e deverá responder de imediato confirmando a ciência da intimação/notificação.
- 11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto da licitação e aplicação de eventual sanção à Adjudicatária, se for o caso.
- 11.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo e fabricante, vinculam a adjudicatária.
- 11.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), com duas casas decimais após a vírgula, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 11.7. Quando o preço global ofertado resultar, em qualquer item, em um valor unitário que possua mais de 02 (duas) casas decimais, deve-se considerar apenas as 02 (duas) primeiras casas (centavos), devendo o Pregoeiro e o Licitante vencedor proceder às adequações de preço, e sendo necessário, apresentar a proposta ajustada limitada ao valor global.
- 11.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.11. A proposta final deverá refletir, em cada valor unitário, o desconto percentual



obtido entre o valor total apresentado na proposta inicial e o valor total da proposta final, de forma a corresponder um desconto linear em todos os itens que compõem a proposta.

- 11.12. Até a contratação, a COLIP poderá solicitar ajustes nos preços ofertados pelo licitante. Em nenhuma circunstância, o valor global registrado no Sistema deverá ser ultrapassado.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

- 12.1. O julgamento das propostas será feito segundo o critério de **MENOR PREÇO** para o(s) item(ns) ou lote(s) de item(ns) constante(s) no Anexo I deste Edital.

- 12.2. O pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

- 12.3. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro solicitará a documentação e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item 13, deste edital. O licitante deverá enviar os documentos como Anexo no Sistema, em prazo a ser informado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas da solicitação, podendo ser prorrogado por interesse do CONTRATANTE.

- 12.4. Poderão ser requisitados, a exclusivo critério do CONTRATANTE, documentos complementares, informações adicionais a respeito da proposta e/ou da habilitação, bem como correção da proposta, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sendo informado pelo pregoeiro o prazo máximo para atendimento, que não será inferior a 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado por interesse do CONTRATANTE.

- 12.5. O não atendimento no prazo fixado implicará a desclassificação do licitante e sujeitará a aplicação das sanções cabíveis.

- 12.6. O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta, quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços que o compõem necessitarem de ajustes, de forma a adaptar os valores unitários ao valor total ofertado ou aos valores estimados pelo CONTRATANTE e para eliminar dízimas.

- 12.7. O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a validade e a eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 12.8. Na hipótese de necessidade de suspensão do pregão para a realização de diligências, a sessão será reiniciada mediante aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

- 12.9. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

- 12.10. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contenham vícios insanáveis ou ilegalidade;



- b) descumpram as especificações constantes neste Edital e seus anexos;
 - c) apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis e não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade requerida;
 - d) não reflitam custos compatíveis com o regime tributário da empresa;
 - e) se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação prevista neste edital;
 - f) apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique o tratamento isonômico entre os licitantes.
- 12.11. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove a cobertura suficiente dos custos decorrentes da contratação.
- 12.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência na forma do § 2º Art. 56 da Lei 13.303/16 para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade, sendo aquela obrigada a responder no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação;
 - b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - c) verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
 - d) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados;
 - e) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
 - f) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços;
 - g) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 12.13. Se a proposta for recusada ou se o licitante desatender exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 12.13.1. Antes de o pregoeiro passar ao licitante subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/06, seguindo-se a disciplina estabelecida neste Edital, se for o caso.
- 12.14. Em sendo aceito o preço, o licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos em eventual Matriz de Riscos descrito neste Edital.
- 12.15. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de



funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos os licitantes em ambos os itens e estabelecendo a ordem de adjudicação entre eles.

- 12.16. Conforme previsto no Art. 57, § 3º da Lei 13303/16, o CONTRATANTE cancelará o(s) item(ns) que apresente(m) o resultado final acima do orçamento estimado, revogando a licitação quando se tratar de um único item.
- 12.17. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente previstos sujeitam-se a ser considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços/materiais serem entregues ao CONTRATANTE sem ônus adicional.
- 12.18. O não envio dos documentos no prazo máximo previsto/concedido, ou a falta das especificações e detalhamentos ou itens, que impossibilitem a avaliação do atendimento às características exigidas no edital e a exequibilidade dos preços, sujeitará a proposta do licitante à desclassificação e implicará a avaliação das demais propostas, na ordem de classificação.
- 12.19. A relutância do licitante em honrar a proposta ou o lance ofertado será tratada em conformidade do que dispõe o item 19 deste edital.
- 12.20. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro solicitará a documentação e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item 13 deste edital. O licitante deverá enviar os documentos como Anexo no Sistema, em prazo a ser informado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas da solicitação, podendo ser prorrogado por interesse dos CONTRATANTES.

13. DA HABILITAÇÃO

- 13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 13.1.1. SICAF;
- 13.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 13.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.1.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua



desclassificação.

- 13.1.4. Constatada a existência de sanção ou alguma ocorrência impeditiva, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira.
- 13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do SICAF, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 13.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante.
- 13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável a critério do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 13.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 13.7. Ressalvado o disposto no item 13.2 e 13.8, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 13.7.1. **Habilitação jurídica**
- I. Registro comercial, no caso de empresário individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e alterações devidamente



registradas, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício;

- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresário ou sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.7.2. Regularidade fiscal

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que pode ser apresentada por meio da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- III. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

13.7.3. Qualificação Técnica

- I. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por órgão(s) da Administração Pública ou Entidade Privada, devidamente assinado(s), com identificação clara do(s) responsável(is) pelo(s) atestado(s), que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação.

13.7.4. Qualificação Econômico-Financeira

- I. Certidão Negativa de pedido de falência ou de concordata, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do Licitante.
- II. Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do Licitante.
 - 1) No caso de empresa em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, o Licitante deverá apresentar a certidão emitida pelo juízo em que tramita o processo da recuperação judicial atestando que o plano de recuperação judicial ou extrajudicial foi devidamente aprovado/homologado, e que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir o futuro Contrato, levando em consideração o objeto a ser contratado.
 - 2) Ambas as certidões devem ser emitidas no máximo 60 (sessenta) dias antes da data determinada para sessão pública. Quando a certidão não apresentar prazo de validade, somente será aceita se anexada legislação específica que estabeleça validade diversa para o respectivo documento.

13.8. Das empresas cadastradas no SICAF

- 13.8.1. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, ficará dispensado de apresentar os documentos relativos aos itens 13.7.1, 13.7.2 e 13.7.4, cuja conferência se dará por consulta pelo Pregoeiro ao SICAF dos documentos relacionados nos referidos itens.



- 13.8.2. A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
- 13.9. **Da regularidade fiscal da microempresa e empresa de pequeno porte**
- 13.9.1. Se o detentor do menor preço for microempresa, empresa de pequeno porte, microempresário individual ou equiparados, deverá apresentar toda a documentação exigida neste Edital, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.
- 13.9.2. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- 13.9.3. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, será registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização. Em caso de atraso por parte dos órgãos competentes para emissão de certidões negativas de débito ou certidões positivas com efeitos de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos Artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, bem como a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.
- 13.9.3.1. Na hipótese descrita no item anterior, o licitante terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal, prazo este que poderá ser prorrogado única e exclusivamente por motivo relacionado à impossibilidade do órgão responsável em emitir a certidão, o que deve ser comprovado pelo licitante.
- 13.9.4. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente fica condicionada à comprovação de toda a regularidade fiscal exigida neste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 13.9.5. A não regularização da documentação nos prazos previstos no item 13.9.2 e no item 13.9.3.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no RSFB, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 13.9.6. Se o licitante, de qualquer forma, fraudar os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seja por extinção ou suspensão do crédito tributário, ser-lhe-á aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a empresa do SFB contratante, nos termos do RSFB, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis.
14. **DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**
- 14.1. Os documentos de habilitação deverão ser incluídos como Anexo no Sistema, em prazo a ser informado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas da solicitação, podendo ser prorrogado por interesse do CONTRATANTE. A não inclusão acarretará na inabilitação da proposta.



- 14.2. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
- 14.3. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.3.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 14.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.
- 14.5. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 14.6. Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados ou estejam vencidos no SICAF ou ainda indisponíveis para realizar a consulta nos sítios oficiais emitentes das certidões, deverão ser enviados pelo Sistema Compras ou, no caso de algum impedimento, para o e-mail de comunicação constante no preâmbulo, no prazo de até 2 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.
- 14.6.1. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 14.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 14.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 14.9. As beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 (ME/EPP) deverão incluir no Compras toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 14.9.1. A não-regularização da documentação, nos prazos previstos neste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 83 da Lei 13.303/16, sendo facultado ao CONTRATANTE convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 14.10. Não será habilitado o licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.11. O licitante deverá disponibilizar, mediante solicitação do pregoeiro, outras informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram



prestados os serviços.

- 14.12. Para fins de organização e melhor verificação da habilitação, o pregoeiro poderá solicitar, via sistema, que a documentação seja relacionada em índice, informando a localização dos comprovantes, conforme modelo a seguir:

Item da habilitação	Documento que comprova	Localização na documentação (nº da página)

- 14.13. Sendo considerado habilitado, o licitante de melhor lance será declarado vencedor.
- 14.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. É cabível recurso, nas fases, nos prazos e procedimentos previstos no Artigo 90 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB.
- 15.2. Após o término do julgamento das propostas e após o término do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro abrirá prazo não inferior a 10 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.2.1. O licitante vencedor, beneficiário da Lei Complementar nº 123/06, que necessite de prazo para regularizar sua documentação conforme previsão no item 13.9.2, a abertura do prazo recursal somente ocorrerá, em sessão pública, após transcorrido o prazo para a regularização.
- 15.3. O licitante recorrente deverá apresentar em momento único as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 15.4. As demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente.
- 15.5. Fica assegurada aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contrarrazões, quando necessário, no endereço citado na folha de rosto deste edital, devendo ser confirmado a visita previamente via e_mail: pregoes@banestes.com.br
- 15.6. Cabe ao Pregoeiro receber, apreciar sua admissibilidade, examinar e decidir os recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 15.6.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.



- 15.7. A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e, quando o mesmo mantiver sua decisão, deverá submetê-la à autoridade competente. O pregoeiro(a) decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do término do prazo dos licitantes para apresentação das contrarrazões, dispondo a autoridade superior do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a decisão final.
- 15.8. O acolhimento do recurso administrativo implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 15.9. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto e formalizada no sistema eletrônico importará a decadência do direito de recorrer, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.9.1. Não serão conhecidos os recursos administrativos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles que não tiverem manifestada a intenção devidamente motivada, e/ou contiverem motivação diversa da registrada na manifestação da intenção de interpor recurso Administrativo e/ou cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.
- 15.9.2. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, o fato e o direito que o licitante deseja ser revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DECORRENTE DE RECURSO

- 16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- 16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 16.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO, HOMOLOGAÇÃO E PUBLICIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- 17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



- 17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade de todos os atos praticados, o resultado da licitação será submetido à autoridade competente para fins de homologação do procedimento licitatório.
- 17.3. A autoridade competente poderá adotar as providências descritas no artigo 59 do RSFB.
- 17.4. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse do CONTRATANTE, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima.
- 17.5. Havendo previsão neste instrumento, o objeto da licitação somente será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor após os procedimentos e condições previstas para avaliação de amostras/protótipo.
- 17.6. Após a homologação, será dada publicidade ao resultado da licitação, em tempo real, mediante a disponibilização em sítio eletrônico: www.compras.gov.br.

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 18.1. Após homologação do procedimento licitatório, a adjudicatária será convocada para assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 18.2. Previamente à contratação, o CONTRATANTE realizará consulta "on line" ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujo resultado será anexado aos autos do processo.
- 18.3. A Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, fica ciente de que os pagamentos decorrentes do Contrato/Ordem de Fornecimento serão realizados, preferencialmente, por meio de conta corrente BANESTES.
- 18.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após, feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta, e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos termos do Artigo 76 do RSFB.
- 18.5. A Adjudicatária deverá manter durante toda a execução do objeto da licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. A aplicação de penalidades e sanções administrativas observará o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB e na Lei nº 13.303/2016.
- 19.2. Ao licitante que praticar ou que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os



objetivos desta licitação, poderá ser aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a empresa do SFB contratante, por até 2 (dois) anos.

- 19.3. Aplica-se, ainda, as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, especialmente em virtude do cometimento de atos lesivos na forma do Artigo 5º da referida Lei.
- 19.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.5. O licitante/Adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens 19.1, 19.2, 19.3 e 19.4 e nos incisos do Artigo 107 do RSFB, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao impedimento de licitar e de contratar com o SISTEMA FINANCEIRO BANESTES e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 19.6. Além das penalidades previstas nos itens antecedentes, a inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, observado o procedimento para aplicação de sanções previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB:
- I. Advertência;
 - II. Multa, aplicável nos percentuais e casos adiante enumerados:
 - a) No caso de inexecução parcial do objeto, multa na razão de 3% (três por cento) sobre o valor global atualizado da proposta final apresentada pela CONTRATADA;
 - b) No caso de inexecução total, multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor global atualizado da proposta final apresentada pela CONTRATADA.
 - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 19.7. Além das condutas irregulares previstas na Lei nº 12.846/2013, a sanção de suspensão estabelecida no inciso III do item 19.6, poderá também ser aplicada à CONTRATADA se esta:
- I. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.8. As multas previstas no inciso II do item 19.6 quando aplicadas, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 19.9. O atraso injustificado na execução do objeto contratado sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia



sobre o valor total contratado.

- 19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- 19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.12. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS/ CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas por Atos de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade), nos termos da Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022.
- 19.14. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 19.15. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do objeto, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para solicitar esclarecimento e/ou impugnar o instrumento convocatório até o quinto dia útil anterior à data fixada para a ocorrência do certame, em ambos os casos por escrito e entregue exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail: pregoes@banestes.com.br, até às 18 horas do último dia útil do prazo citado neste item.
- 20.1.1. Não serão atendidas solicitações (questionamentos/impugnações) formuladas após o prazo estabelecido no subitem 20.1.
- 20.1.2. As solicitações de esclarecimentos ou impugnações, ambos limitados a capacidade do sistema de 20.000 caracteres, relativos ao presente Edital, devem ser enviados obrigatoriamente ao e-mail: pregoes@banestes.com.br em 02 arquivos: um arquivo digitalizado (exemplo: formato .pdf) contendo o pedido de esclarecimento ou impugnação, documentos que amparem a solicitação, se houver, documento de identificação do signatário e documentos que comprovem os poderes de representação; e outro arquivo em modo editável (formato .doc ou .docx) com o inteiro teor da petição de pedido de esclarecimentos, impugnação ou recurso.
- 20.1.3. O arquivo com pedido de esclarecimentos ou impugnação deve ser enviado para o e-mail: pregoes@banestes.com.br, em formato editável (formato .doc ou



.docx etc.), ou em PDF não bloqueado para cópia, a fim de possibilitar ao Pregoeiro inserir os dados no Portal de Compras do Governo Federal, sítio www.compras.gov.br.

- 20.1.4. Não será considerada e/ou recebida impugnação/questionamentos sem as devidas qualificações do interessado, como Razão Social ou nome, número do CNPJ/MF ou CPF/MF, endereço eletrônico, logradouro, nome completo do representante legal (quando for o caso), telefone, data e assinatura, não sendo o CONTRATANTE obrigado a respondê-la.
- 20.2. O SFB, por meio do pregoeiro auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, deve prestar esclarecimento e/ou processar, julgar e responder a impugnação interposta em até 03 (três) dias úteis contados da solicitação ou interposição.
- 20.3. Na hipótese de o SFB não prestar o esclarecimento ou não decidir a impugnação até a data fixada para a ocorrência do certame, a licitação deverá ser adiada, fixando-se nova data para sua ocorrência.
- 20.4. A resposta ao esclarecimento e/ou da impugnação será comunicada diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, pelo Pregoeiro, a todos os interessados e passa a integrar o instrumento convocatório.
- 20.5. Acolhida a impugnação que altere o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- 20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo sistema eletrônico www.compras.gov.br, em até 03 (três) dias úteis contados da solicitação ou interposição, e vincularão os participantes e a Administração.
- 20.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 20.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 20.9. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 20.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas



propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.
- 20.13. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na sede administrativa do CONTRATANTE.
- 20.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.15. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.16. Em caso de divergência entre disposição do Edital e de seus anexos ou das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 20.17. O Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos no órgão, situado no endereço constante do preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 13h às 17h ou por meio dos sites www.compras.gov.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou www.banestes.com.br/publicacoes_legais/index.html.
- 20.18. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante do preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 13h às 17h, mediante prévio agendamento a ser feito pelo e-mail: pregoes@banestes.com.br.
- 20.18.1. Conforme previsão legal e estabelecido neste certame, o requerente que fizer vistas ao processo não terá acesso aos custos estimados da contratação dado o seu caráter sigiloso.
- 20.19. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do proponente, com todos os termos e condições deste Edital.
- 20.20. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 20.21. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio.
- 20.22. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 20.22.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre o CONTRATANTE.
- 20.23. Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, serão resolvidas de



acordo com a legislação brasileira.

- 20.24. Observadas as condições legais, a Equipe de Pregoeiro poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, ou em consequência de solicitações de esclarecimentos, modificar este edital e seus ANEXOS, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas.
- 20.25. O Pregoeiro poderá, no interesse do CONTRATANTE e a seu exclusivo critério, relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação e/ou possam ser sanadas no prazo que vier a ser fixado pelo Pregoeiro.
- 20.26. É proibido a qualquer proponente tentar impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se, o autor, às sanções legais e administrativas regulamentadas.
- 20.27. A presente licitação será anulada nos casos de vícios insanáveis, fato que não gera direito à indenização, salvo o dever do CONTRATANTE de pagar à CONTRATADA o que este houver fornecido até a data em que for declarada a anulação e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não seja imputável a culpa à CONTRATADA, promovendo-se a apuração da responsabilidade de quem lhe deu causa. Estará também sempre ressalvado ao CONTRATANTE, o direito de revogar esta licitação, por despacho motivado, de que dará ciência às proponentes.
- 20.28. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do Edital e de seus ANEXOS, o valor se limita ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos.
- 20.29. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016 bem como do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB.
- 20.30. O foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, será o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Edital, do processo licitatório ou do contrato respectivo.
- 20.31. É obrigação do licitante acompanhar no site Portal de Compras do Governo Federal todas as fases do certame, bem como manifestar-se via chat, quando solicitado, não podendo posteriormente alegar desconhecimento, uma vez que todas as orientações, solicitações, etc., serão feitas via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal.
- 20.32. Naquilo que não conflitar com as disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes (RSFB), nem com os diplomas normativos específicos sobre pregão, o presente certame adotará, para fins específicos de viabilização desta modalidade, o rito procedimental estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, incluindo as adaptações do pregão eletrônico do Compras.gov.br às disposições da Lei n.º 14.133/2021.

BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Brunelli
Gerente Geral – GEACO/DIRAD



ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Contratação de Pessoa Jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA 0800.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O 0800 é um serviço de telefonia comumente oferecido por organizações em operações de SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente). O serviço se diferencia de uma chamada comum, na qual o originador da chamada arca com os custos da ligação, uma vez que, nele, o custo da ligação é do destinatário, fazendo deste meio um canal atrativo para o cliente pela comodidade e isenção de custo. No BANESTES, esse serviço funciona no formato de número regenerado, onde a operadora recebe a chamada e direciona automaticamente para os respectivos números telefônicos designados da instituição.

A resolução de nº N° 4.860 do CVM (Conselho de Valores Monetários) de 23 de outubro de 2020, no capítulo IV, artigo 7º e item III, define que a instituição deve:

III - garantir o acesso gratuito dos clientes e dos usuários ao atendimento da ouvidoria, por meio de canais ágeis e eficazes, inclusive por telefone, cujo número deve ser:

a) divulgado e mantido atualizado em local visível ao público no recinto das suas dependências e nas dependências dos correspondentes no País, bem como nos respectivos sítios eletrônicos na internet, acessível pela sua página inicial;

b) informado nos extratos, comprovantes, inclusive eletrônicos, contratos, materiais de propaganda e de publicidade e demais documentos que se destinem aos clientes e usuários; e

c) inserido e mantido permanentemente atualizado em sistema de registro de informações do Banco Central do Brasil.

Vislumbra-se, nessa esteira, que o 0800 confere gratuidade ao cliente, corroborando, assim, para o lema do Banestes “Digital quando você quiser, ao seu lado sempre que você precisar”, remetendo a essa pessoalidade do atendimento humano.

Por isso, visto a notória serventia que há neste serviço para quem solicita serviços e informações ao Banestes por esse canal e, considerando o estabelecido pela CVM na resolução de nº 4.860, é necessária a contratação do Serviço de Telefonia 0800 para a continuidade dos negócios relacionados a este meio de contato com os clientes.

3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO

3.1. Bem ou serviço comum	Sim.
3.2. Procedimento de licitação	Licitação Banestes pelo rito da modalidade pregão.
3.3. Forma de licitação	Eletrônica.
3.4. Inversão de fases	Não.
3.5. 6.5 Critério de julgamento	Menor Preço.
3.6. Regime de execução	Empreitada por Preço Global.
3.7. Obras e Serviços de Engenharia - Documentos	Não.



3.8. Tratamento diferenciado e simplificado para ME, EPP e MEI ou equiparadas	Não.
3.9. Participação de empresas em consórcio	Não.
3.10. Subcontratação do objeto	Não.
3.11. Sigilo do valor estimado da contratação	Sim.
3.12. Documentos de habilitação	Conforme o Edital.
3.13. Registro de Preços	Não.

4.DEFINIÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO, conforme estabelecido no art. 34 da Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB.

5.PROJETO VINCULADO

IN-1109 - Recontratação de Serviço de Chamadas Telefônicas

6.CONTINUIDADE

Não se aplica

7.TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Durante o período de transição contratual a CONTRATADA obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando for o caso, à execução dos serviços prestados à CONTRATANTE ou a outros por ela definidos, de forma a permitir a transição dos serviços prestados.

8.GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO

Gestor do contrato: Bruno Ferreira - Coordenador - GEPRO/COSUI - 030089646

Fiscal do contrato: Vitor Lessa Rossi - Analista de TI - GEPRO/COSUI - 030072315

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O fornecedor deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei nº 13.303/2016, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Quando for o caso de equipamentos estes serão fornecidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental;

Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na prestação dos serviços.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



ANEXO I.1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.OBJETO

Contratação de Serviços de Telefonia 0800.

2.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1.Local de Entrega ou da Execução do Objeto	Para este objeto não haverá entrega em endereços do CONTRATANTE. A execução do objeto, de forma resumida, consiste no encaminhamento de chamadas telefônicas para os acessos (números regenerados) registrados com o CNPJ do CONTRATANTE, conforme listados no item 6.1.1.
2.2.Prazo de Execução do Objeto	30 dias a partir da data da assinatura do contrato
2.3.Recebimento do Objeto	<u>Recebimento provisório</u> Será feito o acompanhamento por 5 dias úteis após o recebimento do objeto ou a portabilidade dos acessos para validar o funcionamento e para resolução de possíveis falhas. <u>Recebimento definitivo</u> O termo de aceite definitivo será emitido, condicionado a não ocorrência de problemas no período citado acima.
2.4.Vigência do Contrato	Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses. Possibilidade de prorrogação: Sim. Limite máximo de vigência: 60 (sessenta) meses.
2.5.Vistoria prévia	Não.
2.6.Marca ou modelo	Não se aplica.
2.7.Avaliação de Amostra/protótipo	Não.
2.8.Nível Mínimo de Serviço ou Service Level Agreement (SLA)	Sim - ANEXO II - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA).
2.9.Certificações	Não.
2.10.Garantia contratual para execução do objeto	Sim. A Garantia será de 5% do valor anual do contrato.
2.11.Condições especiais quanto à periodicidade e à forma para a empresa do SFB realizar o pagamento	Não.
2.12.Prazo de Garantia Técnica	Não se aplica.
2.13.Manual/Folder/Prospecto	Não.
2.14.GEOBRAS	Não.
2.15.Serviços Relevantes	Não.
2.16.LGPD	Não.
2.17.Outras informações	ANEXO II - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA) ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL



3.DESCRICÃO DOS SERVIÇOS**3.1.SERVIÇO 0800 – PARA TODOS OS ACESSOS**

- 3.1.1.Não deverá ter cobrança de assinatura por acesso 0800;
3.1.2.Deverão ser utilizadas tarifas tipo FLAT;
3.1.3.Serão consideradas, para formação de planilha de custos e tarifas cobradas efetivamente na prestação dos serviços, a classificação das ligações conforme a tabela a seguir:

Tipo	Descrição	Tipo de Chamadas
LF	Ligações locais recebidas de fixo	Fixo-Fixo Local
LM	Ligações locais recebidas de celular	VC1
IF	Ligações de longa distância recebidas de fixo	Fixo-Fixo Intra-setorial; Fixo-Fixo Intra-Regional e Fixo-Fixo Inter-Regional
IM	Ligações de longa distância recebidas de celular	VC2 e VC3

- 3.1.4.O tempo inicial de tarificação será de 30 (trinta) segundos.
3.1.5.A partir do 31º (trigésimo primeiro) segundo, a unidade de tempo de tarificação é de 06 (seis) segundos, onde será cobrado 1/10 (um décimo) do preço do minuto.
3.1.6.Abrangência: Nacional.
3.1.7.Inicialmente sem restrição de tipo de originador, porém, o sistema deverá permitir implementação de restrições quando solicitado pelo CONTRATANTE;
3.1.8.O Serviço 0800 deverá suportar a utilização de 2 (dois) ou mais números comutados, inclusive situados em endereços de instalação diferentes, possibilitando o contingenciamento/transbordo do serviço em caso de inoperância de um dos números regenerados;
3.1.9.Deverá suportar o balanceamento das chamadas entre 2 (dois) ou mais números comutados situados em endereços de instalação diferentes;

4.ESPECIFICAÇÃO BÁSICA**4.1.SERVIÇO 0800****4.1.1.ACCESSOS DO TIPO FIXO COMUTADO**

- 4.1.1.1.Para cada Serviço 0800 contratado (acessos da CONTRATADA), será disponibilizado pelo CONTRATANTE a terminação (acesso do CONTRATANTE) para onde serão direcionadas as chamadas destinadas ao 0800 correspondente.

Exemplo:



Acesso CONTRATADA	Terminação (Acesso CONTRATANTE)
0800-XXX-XXX1	(27)3383-XXX1
0800-XXX-XXX2	(27)3383-XXX2
0800-XXX-XXX3	(28)3383-XXX3

- 4.1.1.2.As terminações poderão ser disponibilizadas pelo CONTRATANTE, a seu critério, da seguinte forma:

- 4.1.1.2.1.Através de tronco digital E1 – DDR;

4.1.1.2.2. Tronco SIP;

4.1.1.2.3. Poderá ser solicitado pelo CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, a alteração da terminação para onde serão direcionadas as chamadas do serviço 0800 sem quaisquer ônus adicionais.

4.1.2. REENCAMINHAMENTO DE CHAMADAS (CR, LO e NR)

4.1.2.1. Permitir redirecionar as chamadas associadas do serviço referenciado, sem custos adicionais, para outro ponto de atendimento (acesso ou caixa postal), no caso de Congestionamento da Rota (CR) do acesso principal, Linha Ocupada (LO) ou Não Responde (NR).

4.1.2.1.1. Os acessos alternativos similares aos principais do serviço, serão informados posteriormente pelo CONTRATANTE.

4.1.3. PORTABILIDADE NUMÉRICA

4.1.3.1. A CONTRATADA deverá realizar todos os procedimentos necessários, referente a Portabilidade Numérica dos atuais serviços 0800 do CONTRATANTE, sem quaisquer ônus adicionais.

4.1.3.2. A execução da Portabilidade, conforme o Regulamento presente no ANEXO à Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998 da ANATEL, deverá ser realizada em data e horário acordados com o CONTRATANTE de forma a minimizar o impacto da possível interrupção dos serviços de telefonia.

4.1.3.3. Caso a CONTRATADA seja a atual fornecedora do BANESTES, a transição do atual Contrato vigente para o novo Contrato a ser firmado deverá ocorrer sem qualquer indisponibilidade do serviço.

5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS

5.1. MENSAGENS

5.1.1. O provedor do serviço veiculará mensagens personalizadas previamente definidas pelo CONTRATANTE, caso este desejar, sem custos adicionais à proposta comercial.

5.1.2. No caso de chamadas bloqueadas pela restrição imposta, a CONTRATADA deverá informar ao usuário, conforme orientação apresentada na tabela abaixo ou, caso o CONTRATANTE aprovar, mensagem semelhante.

Chamadas originadas de telefone fixo da Região da Grande Vitória	Chamadas originadas de Telefone Móvel
"Para acessar a Central de Atendimento do Banestes desta localidade, ligue para o número (27) 3383-XXXX."	"Para acessar a Central de Atendimento do Banestes, ligue para o número (27) 3383-XXXX."

5.1.3. As mensagens veiculadas poderão sofrer alterações conforme solicitação do CONTRATANTE. Estas alterações serão previamente comunicadas à CONTRATADA, em um prazo mínimo de 20 dias corridos anteriores a sua ativação.

5.2. FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS CHAMADAS

5.2.1. O serviço deverá disponibilizar as seguintes facilidades de distribuição das chamadas:

5.2.1.1. SEQUENCIAL - Permite distribuir as chamadas pelas diversas terminações em cada centro de atendimento, quando for o caso, dando prioridade de encaminhamento à primeira terminação livre, obedecendo a uma sequência pré-estabelecida, definida pelo CONTRATANTE.

5.2.1.2. CÍCLICA - Permite distribuir as chamadas pelas diversas terminações em cada central de atendimento, quando for o caso, obedecendo uma ordem cíclica previamente determinada pelo CONTRATANTE.



5.2.1.3. **PERCENTUAL** – Permite distribuir o volume de chamadas, de forma percentual, obedecendo a uma programação previamente definida pelo CONTRATANTE.

5.3. **DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE**

5.3.1. Escalabilidade, de forma a suportar a demanda inicial prevista pelo CONTRATANTE, bem como, as ampliações solicitadas pelo CONTRATANTE durante o período do contrato.

5.3.2. Redundância física e lógica de toda sua infraestrutura de telecomunicações responsável pelo serviço, sendo o contingenciamento do serviço feito de forma automática em caso de falha de um de seus componentes.

5.3.3. Atender os requisitos mínimos de qualidade definidos pelo CONTRATANTE no ANEXO II.

5.4. **RELATÓRIOS GERENCIAIS**

5.4.1. A CONTRATADA disponibilizará Relatórios Gerenciais, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, quando solicitado pelo CONTRATANTE, os relatórios compreendem:

5.4.1.1. Relatório de Disponibilidade dos Serviços

5.4.1.1.1. Este relatório apresentará informações de disponibilidade por NSA, contendo, no mínimo, os seguintes itens: disponibilidade, número de interrupções, tempo médio entre as interrupções e tempo médio de reparo.

5.4.1.2. Relatório de Inoperância dos Serviços

5.4.1.2.1. Este relatório apresentará as informações de inoperância por NSA, contendo, no mínimo, os seguintes itens: data e hora iniciais e finais de inoperância, tempo de inoperância e responsável pelo fechamento do chamado.

5.4.1.3. Relatório de Manutenção dos Serviços

5.4.1.3.1. Este relatório conterá as solicitações de instalação, alteração e desativação de serviços com informações de data e hora de abertura e fechamento, tipo de solicitação (ativação, instalação, alteração e desativação), situação atual e responsável pelo fechamento do chamado.

5.4.1.4. Relatório de PAB

5.4.1.4.1. Este relatório conterá informações sobre a quantidade de tentativas de ligações sem sucesso, motivadas pelo número insuficiente de troncos de acesso da CONTRATADA ou por indisponibilidade destes, destinados ao Serviço 0800, contendo os seguintes itens:

5.4.1.4.1.1. Número Chamado, Quantidade de ligações efetuadas com sucesso, sem sucesso por motivo de Tronco Ocupado e sem sucesso por motivo de Chamadas Não Atendidas.

5.4.1.4.1.2. As chamadas sem sucesso por motivo de tronco ocupado indicam que o número de troncos de acesso destinados a receber as ligações são insuficientes.

5.4.1.4.1.3. As chamadas sem sucesso por motivo de Chamadas Não Atendidas indicam que a Central de Atendimento do CONTRATANTE não estava em pleno funcionamento.

5.4.1.5. Relatório de Identificação de chamadas

5.4.1.5.1. Este relatório conterá informações sobre o detalhamento das ligações destinadas ao Serviço 0800, contendo os seguintes itens:

5.4.1.5.1.1. Número de A incluindo DDD, município e estado de origem;

5.4.1.5.1.2. Data, hora, duração, tipo de tarifa, degrau, valor do imposto e valor da ligação.

5.4.1.5.2. Este relatório deverá ser disponibilizado mensalmente por e-mail para um endereço eletrônico disponibilizado pelo CONTRATANTE ou via plataforma WEB, independente de solicitação do CONTRATANTE. O relatório deverá ser compatível com o layout homologado pela ANATEL.

5.4.2. Os relatórios citados, quando demandados pelo CONTRATANTE, deverão ser disponibilizados em formato digital dentre os tipos: planilha eletrônica compatível com o formato XLSX, arquivo de texto separado por vírgula (CSV) e PDF, exceto para o relatório requerido no item 3.4.1.5 que imprerivelmente deverá ser entregue em formato XLSX ou arquivo de texto separado por vírgula (CSV). Também para o item 3.4.1.5, quando disponibilizado via plataforma WEB, a critério da CONTRATADA, a plataforma deverá ter



opções de exportação das informações nas características do layout e tipo de arquivo requerido.

5.4.3.O detalhamento da formatação dos referidos relatórios poderá ser realizada em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

5.4.4.A empresa vencedora terá prazo de 90 (noventa) dias, contados após a assinatura do contrato, para adequar seus sistemas a fim de atender às exigências dos referidos Relatórios Gerenciais.

5.4.4.1.Caso a CONTRATADA já disponha de relatórios que possuam as informações solicitadas no item Relatórios Gerenciais, o CONTRATANTE aceitará os relatórios. Em caso de necessidade de adequações, fica mantido o prazo definido neste documento.

6.QUANTITATIVOS

6.1.SERVIÇO 0800

6.1.1.Os acessos 0800 atuais são:

Acesso	Número 0800	Número regenerado	Característica
Ouvidoria	0800-727-0030	27-3383-1433 e 27-3383-2372	Sem restrição
SAC	0800-727-0474	27-3383-2323 e 27-3383-1673	Sem restrição
SAC – Deficientes Auditivos	0800-282-3030	27-3383-2120	Sem restrição
Central de Atendimento	0800-645-2030	27-3383-2030 e 27-3383-1670	Sem restrição
Atendimento PJ	0800-645-2060	27-3357-1365 e 27-3434-2757	Sem restrição
Bizi	0800-001-3121	27-3357-2231 e 27-3434-2731	Sem restrição

6.1.2.A estimativa de tráfego MENSAL para todos os acessos é apresentada em minutos, conforme tabela a seguir:

Tipo	Descrição	Quantidade de Minutos Mensal
LF	Ligações locais recebidas de fixo	9.780
LM	Ligações locais recebidas de celular	127.152
IF	Ligações de longa distância recebidas de fixo	9.780
IM	Ligações de longa distância recebidas de celular	48.904

Observação: O perfil de tráfego indicado não se constitui em qualquer compromisso com o CONTRATANTE.

ANEXO II**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA)****1. TABELA DE NÍVEIS DE SERVIÇO ASSOCIADO (NSA)**

Nível de Serviço	Disponibilidade	Tempo de Reparo	Tempo de Instalação	Tempo de ativação	Tempo de Alteração	Tempo de Desativação	Índice PAB – CONTRATADA
1	99,60 %	3 h	30 dias	20 dias	20 dias	10 dias	0,1%

*Tabela 1 - Tabela de Níveis de Serviço***Descrição dos Campos da Tabela 1:**

NSA – Identifica os níveis de serviço dentro do Acordo de Nível de Serviço;

Disponibilidade – Identifica a disponibilidade do serviço associada a cada um dos NSA referenciados;

Tempo de Reparo – Identifica o tempo de reparo associado ao NSA;

Tempo de Instalação – Identifica o tempo de instalação de serviço associado ao NSA;

Tempo de Ativação – Identifica o tempo de ativação de novos números 0800 ao serviço associado ao NSA;

Tempo de Alteração – Identifica o tempo de alteração de serviço associado ao NSA;

Tempo de Desativação – Identifica o tempo de desativação de serviço associado ao NSA;

Índice PAB CONTRATADA – Identifica o índice de Perda telefônica do assinante A em relação ao Serviço 0800 associados ao NSA:

Observação:

- Os tempos considerados no âmbito deste documento serão contados em horas ou dias corridos, quando for o caso.
- O período considerado para apuração do parâmetro Disponibilidade será do primeiro ao último dia de cada mês;
- A apuração será realizada conforme as necessidades do CONTRATANTE, tomando-se como base, os relatórios emitidos pela fornecedora, conforme descritos no item - “RELATÓRIOS GERENCIAIS”, e os gerados pelo CONTRATANTE, com base em seu Sistema de Gerência.

1.1. DISPONIBILIDADE

O conceito de disponibilidade refere-se à diferença entre o tempo total de apuração e o tempo total de inoperância.

A disponibilidade considerada neste Acordo de Nível de Serviço refere-se à diferença entre o tempo total de apuração e o tempo de inoperância de um determinado NSA, dividida pelo tempo total de apuração.

Para cálculo do percentual da Disponibilidade, será utilizada a fórmula abaixo:

$$\text{Disponibilidade} = ((T_{tot} - T_{inop}) / T_{tot}) * 100$$

Onde:

T_{tot} = Tempo total de apuração mensal (720 h ou 744 h);

T_{inop} = Tempo de inoperância do serviço associado ao NSA no período de apuração mensal (720h ou 744h);

Observações:

Para efeito do cálculo da Disponibilidade não serão contabilizadas as interrupções programadas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e as previamente acordadas com o CONTRATANTE;

A disponibilidade deve ser calculada para cada NSA;



A disponibilidade será calculada mesmo que apenas parte dos serviços esteja indisponível, como por exemplo, o acesso de uma determinada cidade atendida pelo Serviço 0800 esteja indisponível. O tempo de indisponibilidade desta parcela do serviço será considerado como Tempo de Inoperância do referido serviço.

1.2. INTERRUPÇÕES PROGRAMADAS

Os períodos de interrupção dos componentes com objetivo de reconfiguração e manutenção, por parte desta, necessárias ao bom desempenho e qualidade dos serviços prestados ao CONTRATANTE, deverão ser informados ao mesmo, por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

As interrupções programadas, descritas no parágrafo anterior, ou aquelas demandadas com objetivo de ampliar a segurança, melhorar nível de desempenho e qualidade dos serviços, não serão contabilizadas no cálculo da Disponibilidade.

1.3. INOPERÂNCIA

A inoperância do componente é caracterizada quando, por problema imputável à fornecedora, o componente tornar-se indisponível.

Nos casos de inoperância dos componentes, deverão ser concedidos descontos por parte da empresa fornecedora, limitados ao valor mensal dos serviços, conforme descrito abaixo:

VD = (VM / 1440) * n Onde:

VD = Valor do desconto;

VM = Valor mensal do componente conforme praticado pela fornecedora;

n = Quantidade de unidades de períodos de 30 (trinta) minutos;

No caso da inoperância do componente ser reincidente num período de 03 (três) horas, contados a partir do restabelecimento do mesmo, considerar-se-á como tempo de inoperância do componente, o início da primeira inoperância até o final da última (restabelecimento total do componente).

Os casos de inoperância por motivos não imputáveis à fornecedora não serão contabilizados.

1.4. TEMPO DE REPARO

O tempo de reparo é medido a partir da hora de registro do chamado na Central de Atendimento da fornecedora, até a hora de sua conclusão. O fechamento de um chamado deverá, obrigatoriamente, contar com a anuência do CONTRATANTE.

Para cálculo do Tempo de Reparo será utilizada a fórmula abaixo:

TR = Hc - Ha, onde:

TR = Tempo de Reparo em horas

Ha = Hora de abertura do chamado (HH:MM)

Hc = Hora de conclusão do chamado (HH:MM)

Observação: Não serão contabilizados para o cálculo do tempo de reparo, os atrasos imputáveis ao CONTRATANTE.

1.5. TEMPO DE ATIVAÇÃO DE NOVOS NÚMEROS 0800

O tempo de ativação é medido a partir da hora de registro do chamado na Central de Atendimento da fornecedora, até a hora de sua conclusão. O fechamento de um chamado deverá, obrigatoriamente, contar com a anuência do CONTRATANTE.

Para cálculo do Tempo de Instalação será utilizada a fórmula abaixo:

TAtiv = Hc - Ha, onde

TA = Tempo de Ativação em horas



Ha = Hora de abertura do chamado (HH:MM)
Hc = Hora de conclusão do chamado (HH:MM)

Observação: Não serão contabilizados para o cálculo do tempo de instalação, os atrasos imputáveis ao CONTRATANTE.

1.6. TEMPO DE INSTALAÇÃO

O tempo de instalação é medido a partir da hora de registro do chamado na Central de Atendimento da fornecedora, até a hora de sua conclusão. O fechamento de um chamado deverá, obrigatoriamente, contar com a anuência do CONTRATANTE.

Para cálculo do Tempo de Instalação será utilizada a fórmula abaixo:

TI = Hc - Ha, onde

TI = Tempo de Instalação em horas

Ha = Hora de abertura do chamado (HH:MM)

Hc = Hora de conclusão do chamado (HH:MM)

Observação: Não serão contabilizados para o cálculo do tempo de instalação, os atrasos imputáveis ao CONTRATANTE.

1.7. TEMPO DE ALTERAÇÃO

O tempo de alteração é medido a partir da hora de registro do chamado na Central de Atendimento da fornecedora, até a hora de sua conclusão. O fechamento de um chamado deverá, obrigatoriamente, contar com a anuência do CONTRATANTE.

Para cálculo do Tempo de Alteração será utilizada a fórmula abaixo:

TAlt = Hc - Ha, onde:

TAlt = Tempo de Alteração em horas

Ha = Hora de abertura do chamado (HH:MM)

Hc = Hora de conclusão do chamado (HH:MM)

Observação:

Não serão contabilizados para o cálculo do tempo de alteração, os atrasos imputáveis ao CONTRATANTE;

As alterações são consideradas Interrupções Programadas solicitadas pelo CONTRATANTE e podem ser motivadas por necessidade de ampliação das características técnicas ou de segurança, alteração de endereço, melhoria do nível de desempenho, qualidade dos serviços, entre outros.

1.8. TEMPO DE DESATIVAÇÃO

O tempo de desativação do componente é medido a partir da hora de registro do chamado na Central de Atendimento da fornecedora, até a hora de sua conclusão. O fechamento de um chamado deverá, obrigatoriamente, contar com a anuência do CONTRATANTE.

Para cálculo do Tempo de Desativação será utilizada a fórmula abaixo:

TD = Hc - Ha, onde

TD = Tempo de Desativação em horas

Ha = Hora de abertura do chamado (HH:MM)

Hc = Hora de conclusão do chamado (HH:MM)

Observação: Não serão contabilizados para o cálculo do tempo de desativação, os atrasos imputáveis ao CONTRATANTE.

1.9. ÍNDICE DE PAB – CONTRATADA

Este índice representa a quantidade de tentativas de conexões sem sucesso ao Serviço



0800 da CONTRATADA ou por indisponibilidade deste serviço.
Para cálculo do Índice de PAB (PAB) será utilizada a fórmula abaixo:

PAB = ((Cs – Cn) / (Cs + Cn) * 100), onde:

Cs = Número de Conexões com Sucesso

Cn = Número de Conexões não Realizadas

1.10. NÍVEL DE ESCALONAMENTO

A tabela a seguir indica os níveis hierárquicos que serão acionados no caso de persistência da violação do Acordo de Nível de Serviço (SLA), devendo sua aplicação ficar a critério do CONTRATANTE.

Para atendimento a este requisito, foram definidos três níveis de escalonamento, conforme a seguir:

Nível de Escalonamento	CONTRATANTE	CONTRATADA
1	Coordenador de Sustentação	Nível equivalente
2	Gerente da Produção	Nível equivalente
3	Diretor da Área de Tecnologia	Nível equivalente

Tabela 2 - Níveis de Escalonamento

2. CENTRAL DE ATENDIMENTO

A CONTRATADA disponibilizará Central de Atendimento com grupo atendedor específico para o setor corporativo, caso do CONTRATANTE, acessada por um número único nacional não tarifado (0800), com período de funcionamento de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano, podendo oferecer, adicionalmente, opção de registro de chamados por meio eletrônico (WEB, e-mail, etc.), respeitando os requisitos de segurança estabelecidos de comum acordo entre o CONTRATANTE e a fornecedora.

Características de qualidade exigidas para a Central de Atendimento:

- Suportar chamados referentes aos serviços contratados (ativação, instalação, reparo, alteração e remoção), de maneira a atender as necessidades de atendimento solicitadas pelo CONTRATANTE;
- Tempo de retorno das chamadas para Central de Atendimento: 95% das chamadas com tempo inferior a 60 minutos;
- Toques para atendimento na Central de Atendimento: 95% das chamadas serão atendidas com o máximo de 4 sinais.

Entende-se como tempo de retorno das chamadas o período entre a abertura de chamado e um posterior contato realizado pela fornecedora do Serviço 0800, informando sobre as ações que estão sendo realizadas na solução do atendimento, caso o mesmo não tenha ainda sido resolvido, mantendo o CONTRATANTE informado sobre o estado dos chamados realizados.

Os registros de chamados serão utilizados para acompanhamento da solução e posterior avaliação dos parâmetros e métricas previstos neste Acordo de Nível de Serviço.

Os procedimentos de abertura e fechamento de chamado deverão ser informados, pela fornecedora do Serviço 0800 ao CONTRATANTE, no ato da assinatura do contrato.

2.1. REGRAS DO SLA E PENALIDADES

É de obrigação da CONTRATADA a observância ao SLA de prestação de serviços. Abaixo são apresentadas as regras de SLA, bem como suas penalidades.

Prover o Suporte Técnico no regime de 24hs, 07 dias da semana e 365 dias ao ano por meio obrigatoriamente por telefone e alternativamente por outros meios, tais como: site



e correio eletrônico;

☐ Realizar os atendimentos para os reparos, observando a classificação dos problemas reportados de acordo com seu grau de severidade, segundo a seguinte classificação para cada número 0800:

✓ Severidade 01 – Alta – serviço totalmente indisponível. Os usuários não conseguem completar chamadas para números 0800;

✓ Severidade 02 – Média – serviço parcialmente indisponível. Quando alguns usuários tem dificuldades para completar ligações para um número 0800;

✓ Severidade 03 – Baixa – serviço apresenta falhas momentâneas. Usuários completam ligações para o 0800, porém sua ligação é encerrada antes da finalização do atendimento.

Os atendimentos dos chamados técnicos deverão seguir a política de serviço do CONTRATANTE. Em resumo, o quadro abaixo reflete o tempo de atendimento e a severidade:

Nível de Severidade 1	Meta de Tempo de Resposta	Atualização ou Resolução
Severidade 1	Até 15 minutos	Até 01 hora
Severidade 2	Até 30 minutos	Até 03 horas
Severidade 3	Até 1 hora	Até 05 horas

Tabela - Tempos de Atendimento e Severidade

☐ Entende-se por término do reparo a disponibilidade do serviço para uso em perfeitas condições de funcionamento;

☐ Disponibilizar no chamado técnico aberto, depois de concluído o atendimento, as informações referentes à número e descrição do chamado técnico, data e hora da abertura do chamado e dos andamentos, data e hora do término do atendimento e descrição da solução.

☐ Pela inexecução parcial do contrato, a CONTRATADA será notificada pelo CONTRATANTE, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões alegadas forem julgadas improcedentes, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA, as seguintes sanções:

✓ **Advertência**, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATADA.

✓ **Multa**, que será aplicada nas hipóteses de ocorrência de atraso injustificado, inexecução parcial ou total do contrato, observando-se os seguintes parâmetros:



Grau da Infração	Valor / Percentual
1	3% sobre o valor mensal do contrato(*)
2	6% sobre o valor mensal do contrato(*)
3	9% sobre o valor mensal do contrato(*)
4	1,5% sobre o valor total do contrato

Tabela - Graus de Infração de SLA

(*) Deve ser considerado como parâmetro o valor do mês subsequente.

Item	Descrição	Grau da infração	Incidência
1	Não cumprir o horário ou prazo de atendimento estabelecido na Tabela - Tempos de Atendimento e Severidade	1	Por 2 ocorrências mensais
2	Suspender ou interromper a execução do objeto, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	3	Por 1 ocorrências mensal
3	Destruir ou danificar informações que eventualmente tenha acesso, por culpa ou dolo de seus agentes	4	Por 1 ocorrência anual
4	Para atraso no início da prestação de serviços	2	A cada 3 dias

Tabela - Detalhamento e Peso da Infração

☐ Pela inexecução total do contrato, a CONTRATADA será notificada pelo CONTRATANTE, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões alegadas forem julgadas improcedentes, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

- ✓ Advertência;
- ✓ Multa não compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do valor contratado;
- ✓ Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Sistema Financeiro BANESTES, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- ✓ Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que as licitantes ressarcirem o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

☐ Para os tipos de multas acima definidos, os valores que correspondem às mesmas serão efetivadas do pagamento mensal através de glosa.

☐ A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SFB será aplicada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

☐ A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública será aplicada em função da natureza e gravidade da falta cometida, de faltas e penalidades anteriormente aplicadas, ou em caso de reincidência.

☐ Sem prejuízo da aplicação ao inadimplente das sanções que lhe couberem, o CONTRATANTE recorrerá às garantias porventura constituídas, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda promover a cobrança judicial, ou extrajudicial, por perdas e danos.

☐ As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (www.portaltransparencia.gov.br/ceis).

☐ As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

☐ Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO Nº _____ - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA "0800".
ID CIDADES XXXXXXXXXX

BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.127.603/0001-78, com sede na Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 9º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-931, daqui por diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e **EMPRESA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0000-00, com sede na endereço, representada neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m) e se identifica(m), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado o que contém nas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto desta contratação é a prestação de serviços de telefonia 0800, conforme características e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PAGAMENTO

Pela execução dos serviços, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor anual estimado de R\$ _____ (_____), conforme descrito abaixo.

Parágrafo Primeiro: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, de acordo com a prestação dos serviços, o valor constante na fatura apresentada, em um dos dias 10, 20 ou 30 do mês imediatamente posterior ao faturamento.

Parágrafo Segundo: Todas as despesas, diretas ou indiretas, de qualquer natureza necessárias para o cumprimento do objeto deste instrumento, tais como deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem, salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, entre outros, ficarão a cargo da CONTRATADA, não cabendo nenhum acréscimo aos valores definidos em sua proposta comercial. Se for o caso, o CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes sobre os pagamentos a serem realizados, conforme determina a legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, em moeda corrente nacional (real), através de crédito na conta corrente da CONTRATADA, preferencialmente no BANESTES, ou boleto bancário, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente autorizada pela GEINF – Gerência de Infraestrutura Tecnológica.

Parágrafo Quarto: O faturamento deverá ser apresentado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil anterior ao fim do mês da execução do objeto.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo erro, a fatura será devolvida à CONTRATADA para retificação. Nesse caso, o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a apresentação da nova fatura devidamente retificada.

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA se obriga a emitir a Nota Fiscal/Fatura, referente à execução do objeto, em favor da Unidade BANESTES tomadora dos serviços (matriz) e em nome das empresas constantes no preâmbulo deste instrumento, devendo constar no documento fiscal o CNPJ e demais dados cadastrais da respectiva unidade, além do número do Contrato (xxxxxxx) e do Identificador CidadES (2024.500E600004.xx.xxxx). Todas as notas serão entregues, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico pagamentosti@banestes.com.br ou na GEINF - Gerência de Infraestrutura Tecnológica, sito



na Av. Princesa Isabel, 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 7º andar, Centro, Vitória/ES.

Parágrafo Sétimo: Se ficar comprovado pagamento a maior, decorrente de erro na emissão de qualquer fatura, a CONTRATADA compromete-se a imediatamente restituir a quantia cobrada em excesso, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativos, e correção monetária, de acordo com o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), que incidirão a partir da data do pagamento.

Parágrafo Oitavo: Se ficar comprovado pagamento a menor, decorrente de erro na emissão de qualquer fatura, o CONTRATANTE compromete-se a pagar a diferença, na próxima fatura, sem incidência de juros e correção monetária.

Parágrafo Nono: A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Prova de regularidade junto ao INSS, que pode ser apresentada através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados;
- III. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Parágrafo Décimo: Constatada pelo CONTRATANTE qualquer irregularidade da CONTRATADA junto aos órgãos fiscalizadores, será dado o prazo de no máximo 30 (trinta) dias corridos para a regularização.

Parágrafo Décimo Primeiro: Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis. Concomitante à rescisão, o CONTRATANTE oficiará ao órgão fiscalizador da irregularidade para providências legais.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir de ____/____/____, podendo ser prorrogado nos limites estabelecidos pelo art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE

Após o período de 12 (doze) meses, contados da data da última proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, a saber ____/____/____, os valores previstos na Cláusula Segunda poderão ser reajustados, desde que haja solicitação formal pela CONTRATADA por Correspondência ou endereço eletrônico: cocap@banestes.com.br, considerando o IPCA – IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado no período, ou outro índice que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Parágrafo Primeiro: Se em virtude de lei subsequente vier a ser admitida correção de obrigações contratuais em periodicidade inferior à prevista na legislação vigente, as partes, desde já, concordam que as correções dos valores constantes na Cláusula Segunda passarão a ser feita mediante acordo entre as partes.

Parágrafo Segundo: Caso haja mudança na política econômica do Governo Federal, o reajuste previsto nesta Cláusula será considerado até aquela data, reajustando-se os preços, no restante do prazo, pelas novas regras que vierem a ser estabelecidas, mediante Termo Aditivo.



Parágrafo Terceiro: Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus devem ser solicitados dentro de 30 (trinta) dias da data da anualidade da proposta comercial. Caso a solicitação seja feita após ultrapassado esse prazo, os seus efeitos incidirão a partir da data de recebimento do pedido, sem efeitos retroativos.

Parágrafo Quarto: No caso de não observância ao disposto no parágrafo antecedente, serão considerados renunciados pela CONTRATADA os reajustes, bem como as revisões contratuais, com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

Parágrafo Quinto: No caso de renovação deste Contrato sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito da CONTRATADA ao recebimento da importância devida a título de revisões e reajustes, em qualquer de suas hipóteses, relativa a período anterior à sua assinatura, será caracterizada a renúncia irretratável a esse direito.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Pela consecução dos objetivos previstos neste Contrato, o CONTRATANTE, além das obrigações definidas em outras cláusulas do presente instrumento, ou estabelecidas em lei, se obriga a:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- II. Alocar os recursos necessários à execução do objeto contratado;
- III. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para cumprir adequadamente o Contrato;
- IV. Quando identificado pelo CONTRATANTE a necessidade de realização de serviços dentro de suas dependências, deverão fornecer à CONTRATADA condições adequadas para execução;
- V. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues fora do estabelecido e que estejam em desacordo com os requisitos obrigatórios deste Contrato e seus anexos;
- VI. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA, conforme o prazo e as condições estabelecidos no presente instrumento;
- VII. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade verificada na execução das atividades;
- VIII. Não utilizar os funcionários da CONTRATADA para execução de outros serviços que não aqueles aqui contratados. Da mesma forma, não poderá pagar compensações ou fornecer qualquer outro benefício aos funcionários da CONTRATADA;
- IX. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da prestação dos serviços, desde que observadas as normas internas de segurança bancária.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Pela consecução dos objetivos previstos neste Contrato, a CONTRATADA, além das obrigações definidas em outras cláusulas do presente instrumento, ou estabelecidas em lei, se obriga a:

- I. Prestar o serviço nas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, sem nenhum ônus extra para o CONTRATANTE, utilizando todos equipamentos/padrões de segurança associados;
- II. Responsabilizar-se pela integral prestação de serviços, inclusive no que se referir a inobservância da legislação em vigor;
- III. Fiscalizar o perfeito cumprimento da execução contratual, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pelo CONTRATANTE;



- IV. Não permitir que seus empregados ou prepostos executem serviços além dos previstos neste Contrato;
- V. Executar o objeto contratual por meio de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o CONTRATANTE exigir a retirada daqueles cuja conduta seja inconveniente;
- VI. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga atender prontamente;
- VII. Responder por todo e qualquer dano que causar diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, ainda que culposos, praticado comprovadamente por seus prepostos, empregados ou mandatários, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos à CONTRATADA. Não exclui ou reduz essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei, no edital e neste instrumento, inclusive a regularidade fiscal;
- IX. Diligenciar para que seus empregados tratem com civilidade e cortesia o pessoal do SFB e seus clientes;
- X. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do Contrato, de tudo dando ciência ao CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão;
- XI. Dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, mesmo que não sejam de sua competência;
- XII. Responsabilizar-se civilmente por vícios na execução, tais como: quantidade, qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste termo, ou atribuídas pela CONTRATADA, verificados posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor;
- XIII. Nomear preposto para representar a CONTRATADA durante toda execução do Contrato, com indicação, declaração de ciência e assinatura no formulário apropriado do Banestes;
- XIV. Manter o mais completo e absoluto sigilo, para os jurídicos e legais efeitos, devendo guardar, por si, seus empregados e/ou prepostos, em relação às informações, documentos de qualquer natureza e tecnologia que, em razão deste instrumento, lhe sejam exibidos, manuseados ou por qualquer outra forma ou modo, venham a tomar conhecimento, ficando, portanto, responsáveis por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;
- XV. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam direta ou indiretamente sobre este Contrato ou seu objeto, ficando, desde logo, convencionado que o CONTRATANTE poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que porventura venha a efetuar por imposição legal, podendo também o CONTRATANTE exigir, se e quando necessário, a apresentação dos respectivos comprovantes de quitação dos períodos anteriores;
- XVI. Cumprir as legislações e regulamentações relativas à prevenção e ao combate à corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraude; Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- XVII. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, FGTS, seguro e quaisquer encargos propostos, não existindo entre seus empregados e o CONTRATANTE vínculo de qualquer natureza, haja vista que a



- XVIII. CONTRATADA, para todos os fins de direito, é empregadora autônoma; Cumprir e manter, durante toda a vigência contratual, padrões elevados de ética, respeitando: a legislação brasileira e os compromissos internacionais assumidos que tratam de direitos humanos e da responsabilidade socioambiental e as exigências legais acerca das responsabilidades trabalhistas e da proibição do trabalho escravo e do trabalho infantil;
- XIX. Observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei n. 12.187/09, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei n. 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ademais deve cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade.
- XX. Não constar, assim como seus sócios e diretores, em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sociais, ambientais e climáticos, bem como fazer com que seus empregados, representantes e fornecedores obedeçam à legislação, às normas e aos regulamentos sobre o tema;
- XXI. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.945/21 e com a Resolução CMN nº 4.557/2017, bem como com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do CONTRATANTE, responder a questionário de Diligência de Risco Social, Ambiental e Climático sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Único: A CONTRATADA se compromete ainda a cumprir as seguintes obrigações específicas:

- I. Comunicar antecipadamente, com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos, a data prevista para a realização dos serviços e a estimativa de indisponibilidade dos sistemas e/ou serviços.
- II. Comunicar possíveis indisponibilidades na prestação dos serviços, caso ocorra a indisponibilidade. Nessa eventualidade, a CONTRATADA deverá emitir relatório para o CONTRATANTE detalhando todos os eventos dessa indisponibilidade.
- III. Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do contrato, “Plano de Implantação dos Serviços” para avaliação do CONTRATANTE.;
- IV. Dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.
- V. As instalações de equipamentos, quando for o caso, deverão ser feitas por técnicos da CONTRATADA ou seus prepostos, com acompanhamento de profissional indicado pelo CONTRATANTE.
- VI. A atividade de recepção de equipamentos da CONTRATADA, deverá ser previamente agendada pelo Responsável Técnico do CONTRATANTE.
- VII. A instalação, atualização, reorganização, modificação, desinstalação ou remoção de equipamentos da CONTRATADA disponibilizados ao CONTRATANTE, deverão ser previamente agendadas pelo Responsável Técnico do CONTRATANTE.
- VIII. Na hipótese de haver falhas ou defeitos na infraestrutura disponibilizada pela CONTRATADA identificados no momento da ativação dos serviços, o Responsável Técnico do CONTRATANTE deverá abrir um incidente na Central de Atendimento da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

O tratamento dos dados pessoais tratados no escopo de trabalho deste Contrato será realizado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), exclusivamente para finalidades estabelecidas neste instrumento, sendo



assegurada hipótese legal prevista na LGPD para o tratamento das informações e restrição ao mínimo necessário, considerando a finalidade pretendida.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA, para execução do serviço objeto do contrato originário, poderá tratar dados pessoais e dados pessoais sensíveis, controlados pela CONTRATANTE que lhe sejam disponibilizados, tais como: Nome completo, Números de telefone, WhatsApp e endereços de e-mail, dentre outros sujeitos à LGPD.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA poderá tratar os dados listados no parágrafo primeiro, com a finalidade, conforme art. 6º, inciso I, da Lei nº 13.709/2018, de prestação de serviços referentes à área bancária, com objeto descrito detalhadamente neste Contrato.

Parágrafo Terceiro: É vedado à CONTRATADA utilizar todo e qualquer dado repassado pelo CONTRATANTE para finalidade distinta da contratada, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA garante que os dados pessoais relacionados ao contrato apenas serão acessados por profissionais que efetivamente necessitem das informações para execução das atividades previstas, assegurando que os respectivos profissionais são devidamente capacitados para realizar o tratamento das informações de forma segura, estabelecendo controles sobre os acessos e observando o princípio do privilégio mínimo e a implementação de mecanismos de autenticação de acesso que assegurem a individualização do responsável pelo tratamento nos registros.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA se compromete, em nome de seus sócios, colaboradores e parceiros, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados pelo CONTRATANTE, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Contrato.

Parágrafo Sexto: Quando houver o repasse de qualquer informação em vista de obrigação legal, conforme previsto no *caput*, a CONTRATADA deve informar ao CONTRATANTE antecipadamente, listando quais dados serão repassados, a forma de repasse, a lei que obriga a transferência, ou a cláusula contratual a ser cumprida e por quanto tempo o terceiro permanecerá com a informação antes da exclusão, em observância ao princípio da transparência (art. 6º, inciso VI, LGPD).

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA adotará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, adequadas aos riscos apresentados pelo tratamento, em consonância com o disposto no art. 46 da LGPD.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA garante que manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que vier a realizar em razão do contrato.

Parágrafo Nono: A CONTRATADA disponibilizará, caso requisitado pelo CONTRATANTE, documentação necessárias para demonstrar as obrigações estabelecidas em contrato ou na legislação de proteção de dados aplicável, sendo facultado ao CONTRATANTE a realização de auditorias, em período previamente acordado entre as partes. As evidências de adequação serão analisadas pela área de Proteção de Dados Pessoais do SFB.

Parágrafo Décimo: A CONTRATADA assume o compromisso de cooperação, assegurando que prestará ao CONTRATANTE as informações e esclarecimentos necessários para a



elaboração de documentos que sejam obrigatórios ao Controlador, por lei ou regulação, com providências para realizar as avaliações de impacto na proteção dos dados pessoais relacionadas às atividades que realiza, em conformidade com as previsões legais.

Parágrafo Décimo Primeiro: Caso seja necessária a transferência internacional de dados pessoais para o cumprimento do contrato, a CONTRATADA deverá garantir a implementação de medidas de segurança necessárias para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais transferidos, bem como a observância dos requisitos estipulados no artigo 33 da LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo: A CONTRATADA se compromete a auxiliar o CONTRATANTE no atendimento das requisições realizadas por titulares de dados pessoais, providenciando, em até 2 (dois) dias úteis, as ações necessárias para atender eventual direito do titular solicitante, incluindo o fornecimento de informações sobre o tratamento dos dados pessoais do titular, assim como providências relacionadas a eventual atendimento de direitos do titular, como correções, eliminações, anonimizações, bloqueios dos dados pessoais e requisições relacionadas no artigo 18 da LGPD.

Parágrafo Décimo Terceiro: Eventuais casos de recebimento de solicitação de titulares de dados pela CONTRATADA, deverão ser imediatamente encaminhados ao CONTRATANTE para a adoção das providências cabíveis, devendo, ainda, disponibilizar ao titular informações sobre o canal de comunicações do CONTRATANTE, disponível no site da instituição, para que o titular realize sua solicitação diretamente ao CONTRATANTE, sob pena de responsabilização da CONTRATADA em caso de dano e/ou prejuízo em razão do descumprimento desta obrigação.

Parágrafo Décimo Quarto: A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 02 (dois) dias úteis, qualquer suspeita ou confirmação de incidente de segurança com dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito para que o controlador dos dados afetados defina as providências exigidas, como comunicação aos titulares e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Parágrafo Décimo Quinto: O Operador dos dados pessoais afetados deverá cooperar com o fornecimento de informações claras e precisas, devendo, no mínimo, avaliar e informar: I - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; II - as informações sobre os titulares envolvidos; III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; IV - os riscos relacionados ao incidente; V - os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido enviada no prazo; e VI - as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Parágrafo Décimo Sexto: A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados pelo CONTRATANTE, por inobservância à LGPD.

Parágrafo Décimo Sétimo: A CONTRATADA realizará o tratamento de dados enquanto perdurar o Contrato, comprometendo-se a realizar a devolução das informações ao CONTRATANTE e a exclusão dos dados pessoais aos quais tem acesso, ao término do contrato, salvo nos casos de necessidade de guarda das informações para cumprimento de obrigações legais, comprometendo-se, ainda, a apresentar, caso requerido pelo CONTRATANTE, evidências quanto à efetiva exclusão das informações.

Parágrafo Décimo Oitavo: A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados



pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Nono: Todas as comunicações que versem sobre proteção de dados deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por e-mail, encaminhadas para protecaodedados@banestes.com.br.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **1% (hum por cento) do Valor Global** do Contrato, que será liberado de acordo com as condições previstas neste instrumento, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

Parágrafo Primeiro: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo Segundo: O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

Parágrafo Terceiro: A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá acompanhar o início da vigência do Contrato e abranger um período de 30 (trinta) dias após o término deste instrumento.

Parágrafo Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- II. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
- IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

Parágrafo Quinto: No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

Parágrafo Sexto: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Sétimo: O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Parágrafo Oitavo: O valor da garantia somente poderá ser disponibilizado à CONTRATADA quando do término ou rescisão do Contrato, desde que não possua dívida inadimplida com o CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Nono: A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando o CONTRATANTE autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Décimo: Somente será aceito apólice em sua forma original emitido por empresa seguradora. A carta fiança em sua forma original emitido por instituição financeira, e no caso de caução em dinheiro por depósito em conta do BANESTES. Em hipótese alguma será



aceito qualquer tipo de garantia on-line.

CLÁUSULA NONA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS) OU SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA)

É de obrigação da CONTRATADA a observância ao SLA de prestação de serviços conforme indicado no Anexo II, parte integrante e inseparável deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA NOVAÇÃO OU TOLERÂNCIA

A tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste Contrato não implicará novação ou renúncia de direito. A parte tolerante poderá exigir da outra o fiel e cabal cumprimento deste Contrato a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA E DO SIGILO

A CONTRATADA não poderá ceder, alienar, dar em garantia, transferir ou gravar de ônus, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, bem como créditos decorrentes deste Contrato, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA, todavia, por sua conta e risco, poderá contratar com terceiros a prestação de alguns serviços necessários ao cumprimento deste Contrato, mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA, como única responsável pelo fiel cumprimento dos serviços perante o CONTRATANTE, bem como pelo sigilo e confidencialidade das informações que lhe tenham sido repassadas pelo CONTRATANTE em razão do presente Contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros quaisquer informações do CONTRATANTE sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE efetuará, sob exclusiva competência e responsabilidade, a fiscalização da execução dos serviços objeto deste Contrato, cabendo verificar se no seu desenvolvimento está sendo cumprido o Contrato, bem como autorizar os pagamentos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para o seu fiel cumprimento.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização atuará até o término deste Contrato e será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE e sua atuação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto às suas obrigações e responsabilidades contratuais, inclusive quanto a terceiros, por qualquer irregularidade.

Parágrafo Segundo: O CONTRATANTE, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas / Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO DO CONTRATO

Observado o procedimento previsto para rescisão no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes (RSFB), constituem motivo para rescisão as previsões constantes no próprio Regulamento (RSFB), bem como:

- I. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de obrigações e/ou de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



- II. O atraso injustificado na execução do objeto do Contrato;
- III. A subcontratação ou a cessão ou a transferência, total ou parcial, do objeto do Contrato, quando não atendidas as condições de habilitação ou sem prévia autorização do CONTRATANTE, observado o disposto neste Contrato;
- IV. O desatendimento das determinações regulares do CONTRATANTE decorrentes do acompanhamento e fiscalização do Contrato;
- V. A decretação de falência da CONTRATADA;
- VI. A dissolução da sociedade CONTRATADA;
- VII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;
- VIII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- IX. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- X. A prática de atos lesivos à Administração Pública ou que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do SFB, direta ou indiretamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- I. Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes nos casos relacionados na cláusula anterior;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- III. Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro: A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta cláusula deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada, que deve ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos.

Parágrafo Segundo: A rescisão contratual deve ser formalmente motivada nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, e seus efeitos se iniciam a partir da data da comunicação escrita sobre a decisão definitiva de rescisão, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Terceiro: A rescisão por ato unilateral do CONTRATANTE pode ser aplicada sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou neste Contrato. A inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, observado o procedimento para aplicação de sanções previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB:

- I. Advertência;
- II. Multa, aplicável nos percentuais e casos adiante enumerados:
 - a) No caso de inexecução parcial do Contrato, multa na razão de 3% (três por cento) sobre o valor global estimado atualizado do Contrato;
 - b) No caso de inexecução total, multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o



- valor global estimado atualizado do Contrato.
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II.

Parágrafo Segundo: A sanção prevista no inciso III do caput desta da Cláusula poderá também ser aplicada à CONTRATADA se esta:

- I. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- III. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro: As sanções a que se refere esta cláusula devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Quarto: As multas aplicadas conforme o inciso II do caput desta da Cláusula serão calculadas conforme previsão do instrumento convocatório ou Contrato e descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Quinto: O CONTRATANTE informará os dados relativos às sanções por ele aplicadas à CONTRATADA, de forma a manter atualizados os cadastros exigidos por lei.

Parágrafo Sexto: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS/ CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas por Atos de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade), nos termos da Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15.

Parágrafo Sétimo: Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do Contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

Parágrafo Oitavo: As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos seguintes casos, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar:

- I. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos do RSFB;
- III. Quando conveniente a substituição da garantia de execução, quando essa for exigida;



- IV. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de serviço;
- VI. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

Parágrafo Segundo: Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no Parágrafo Primeiro, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

Parágrafo Terceiro: Se no Contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no Parágrafo Primeiro.

Parágrafo Quarto: No caso de supressão de serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais em razão desta contratação, estes serão pagos pelo CONTRATANTE aos custos de aquisição regularmente comprovados.

Parágrafo Quinto: A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Sexto: Em havendo alteração do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Sétimo: A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registradas por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DADOS DA OUVIDORIA GERAL

Os contatos com a OUVIDORIA GERAL do BANESTES, quando necessários, dar-se-ão pelo telefone 0800-7270030 ou pelo e-mail: ouvidoriageral@banestes.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica fazendo parte integrante do presente Contrato, para todos os fins e efeitos de direito, o processo de Licitação (Pregão Eletrônico) nº 012/2024. Nos casos omissos, aplicar-se-á ao



presente Contrato as disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes, publicado em 29/06/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o foro de Vitória - Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, como competente para dirimir todas as dúvidas e controvérsias oriundas da interpretação ou da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, ressalvado, entretanto, ao CONTRATANTE, se lhe convier, optar pelo foro de domicílio da CONTRATADA.

E, por terem assim ajustado as partes contratantes, depois de sua leitura, na presença das testemunhas abaixo, assinam as 02 (duas) vias de igual teor deste Contrato, obrigando-se por si e por seus sucessores, a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Vitória (ES), ____ de ____ de _____. (conforme registro eletrônico de assinatura).

C O N T R A T A N T E

BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**C O N T R A T A D A**

EMPRESA

(Assinar e preencher nome legível e CPF)

Nome legível: _____

CPF: _____

TESTEMUNHAS:

ASS: _____

ASS: _____

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____



ANEXO III.1**RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE A CONTRATADA MANTÉM PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

Ilmo. Sr.

CONTRATANTE

_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, DECLARA, sob as penalidades da lei, ao CONTRATANTE, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, que mantém para cumprimento do contrato nº _____, os estabelecimentos (sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas) abaixo relacionados:

Descrever: Nome do estabelecimento, CNPJ, inscrição municipal, endereço, telefone.

1)
2)
3)
4)
5)
6)
7)
8)
9)
10)

A CONTRATADA se compromete a informar ao CONTRATANTE, imediatamente, eventual baixa ou criação de estabelecimento prestador utilizado para cumprimento do contrato.

Vitória (ES), ____ de _____ de _____. (conforme registro eletrônico de assinatura).

(Assinar e preencher nome legível e CPF)



ANEXO III.2**DECLARAÇÃO PARA NÃO RETENÇÃO DE CSLL, COFINS E PIS/PASEP
EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL****(Anexo I da Instrução Normativa SRF nº 459/2004)**

Ilmo. Sr.

CONTRATANTE,

_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, DECLARA, ao CONTRATANTE, para fins de não incidência na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 30 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas, empresa de pequeno porte, microempresário individual ou equiparados - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Vitória (ES), ____ de _____ de _____. (conforme registro eletrônico de assinatura).

(Assinar e preencher nome legível e CPF)



ANEXO IV**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos a V. Sa., nossa proposta de preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA 0800**.

Nome da sociedade empresária proponente:

CNPJ:

Endereço completo:

Telefone/Fax/E-mail:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

As proponentes deverão apresentar suas propostas em lote único conforme características abaixo, a saber:

LF - Ligações locais recebidas de fixo

LM - Ligações locais recebidas de celular

IF - Ligações de longa distância recebidas de fixo

IM - Ligações de longa distância recebidas de celular

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE MINUTOS MENSAL	VALOR UNITÁRIO POR MINUTO	VALOR TOTAL MENSAL
1	LF	9.780		
2	LM	127.152		
3	IF	9.780		
4	IM	48.904		
Valor Total Mensal Estimado				
Valor Total Global Estimado (12 meses)				

VALOR GLOBAL(12 MESES): R\$ _____, _____ (por extenso).

Nota 1: Em observância ao já disposto neste Edital, o valor unitário que possua mais de 02 (duas) casas decimais deverá considerar apenas as 02 (duas) primeiras casas (centavos), de modo que os valores unitários estejam compatíveis com o valor global ofertado.

Nota 2: Caso ao final da disputa de lances, o valor global final ofertado ocasione, em qualquer item, num valor unitário fracionado em mais de duas casas decimais, o valor global da proposta final deverá ser ajustado para considerar os valores unitários de cada item com apenas suas duas primeiras casas decimais.

Nota 3: O desconto percentual obtido na fase de lances deverá ser aplicado de forma linear em todos os itens da proposta comercial, conforme item 11.11 do Edital.

DECLARAÇÕES:

- I. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades



especificadas no edital e seus anexos.

- II. Declaramos estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado.
- III. Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e quaisquer tributos inerentes ao objeto relativo a este procedimento licitatório.

VALIDADE DA PROPOSTA: (prazo por extenso) dias, contados da data de sua apresentação. (Prazo mínimo: 90 dias).

Local e data

Assinatura do representante legal da sociedade empresária

Nome:

CPF:

